

ENTREVISTA // ARNALDO BERNARDINO

Secretário de Saúde afirma que programa de prevenção contra a doença está voltado para todo o DF

MARIA FERRI
DA EQUIPE DO CORREIO

O brasiliense convive com a hantavirose há exatos 60 dias. No dia 31 de maio, o Instituto Adolfo Lutz (IAL), em São Paulo, confirmou que três jovens moradores de São Sebastião morreram depois

de terem sido infectados pelo hantavirus, identificado pelo primeira vez no Brasil em 1993. No início, o Governo do Distrito Federal (GDF) acreditava que a doença estava instalada somente na cidade. Moradores sofreram preconceito, pacientes lotaram a Unidade Mista de Saúde de São Sebastião.

O mapa da hantavirose hoje é mais

amplo. Cinco cidades já tiveram casos confirmados da doença. Em entrevista na manhã de ontem ao Correio, o secretário de Saúde do DF, o médico Arnaldo Bernardino, anunciou a estratégia de combate à doença. Ele não esconde a preocupação e admite falhas na rede de saúde para identificar o diagnóstico de han-

tavirose, comuns quando os surtos são descobertos.

Bernardino falou sobre a campanha de prevenção no rádio e na TV que o governo local lançará neste fim de semana. Segundo ele, o trabalho de prevenção deve durar seis meses e está voltado para toda a população do DF. "A hantavirose é uma doença nova, é

preciso trabalhar com todas informações sobre prevenção", afirmou.

Reivindicação antiga dos moradores de São Sebastião, a unidade mista passou a contar com um pronto-atendimento de clínica médica, entre outros serviços. O Programa Família Saudável também foi implantado na cidade — uma medida já prevista.

Campanha de seis meses

Gilberto Alves 24.7.04



CORREIO BRAZILIENSE
— Qual a avaliação do combate à hantavirose feito nos últimos dois meses?

ARNALDO BERNARDINO — A avaliação, enquanto saúde pública, é positiva. A gente tem dificuldades de falar sobre isso porque, quando há mortes, é possível ter um balanço positivo? Mas é preciso entender que estamos diante de uma adversidade. O GDF avançou, mesmo com dificuldades, e conseguiu realinhar alguns setores. Um exemplo é a Unidade Mista de São Sebastião, que contava apenas com ambulatório de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia. E tinha um pronto-atendimento de pediatria e uma casa de parto. Por causa da doença, vimos a necessidade de abrir um serviço de emergência de clínica médica, que era uma reivindicação antiga dos moradores. Em 60 dias, montamos e equipamos um laboratório, colocamos um raio-x, reformamos o pronto-atendimento de pediatria e toda a odontologia. Também em uma semana, montamos o Programa Família Saudável de São Sebastião, com equipes rurais e 17 equipes urbanas.

CORREIO — O que desencadeou os surtos? O crescimento desordenado ou o desmatamento?

BERNARDINO — Eu só poderia fazer um juízo de valores se conhecesse a realidade de outras 39 cidades que já passaram por surtos. Hoje os estudos mostram que não existe um período sazonal, ou que ocorrem em áreas de desmatamento, de assentamento. A única coisa que existe é que onde há roedores silvestres com habitações muito próximas pode haver contaminação.

CORREIO — Por que foi criado um polo de atendimento no Hospital de Base? Existem falhas nos outros hospitais?

BERNARDINO — Todos estão capacitados. Implementamos um protocolo com treinamento *in loco* de todos os profissionais. Mas uma equipe de pneumologia dentro do Hospital de Base centralizará o referenciamento destes pacientes. E temos uma preocupação na divulgação disso. Não quer dizer que o paciente deva procurar diretamente a pneumologia do Hospital de Base, que não tem clínica médica e haverá dificuldades de atendimento. A equipe atenderá casos graves e gravíssimos. Com isso se ganha agilidade, informação precisa e conhecimento de como a doença evolui. Começaremos a prever a evolução dos pacientes.

CORREIO — É uma forma de evitar falhas no diagnóstico? Familiares de vítimas relatam que médicos diagnosticaram gripe em pacientes com hantavirose.

BERNARDINO — Isso é normal, acontece em todo o Brasil. Hantavirose é uma doença nova, uma doença emergente. Na hora que surge um caso dessa doença, é preciso que o serviço público prepare todos os servidores. E fizemos isso. Oferecemos seminários para atualizar os funcionários sobre a doença e o protocolo, que é uma cartilha que o profissional tem que seguir. O problema é que os sintomas não são instalados de forma clássica. Há casos de cansaço leve, diarréia, tem outros sintomas que maskaram o quadro. Não há condições de colocar todo mundo em observação por apresentar qualquer síntoma de hantavirose. Existem outras doenças e o governo tem que garantir o atendimento para todos.

CORREIO — Como será a campanha de prevenção?

BERNARDINO — É preciso trabalhar seis meses com todas informações sobre prevenção, de preferência todos os dias nos jornais, para atingir 75% a 80% da população. É um dado estatístico. A campanha será destinada a toda população.

CORREIO — Existe a possibilidade de contaminação na zona urbana?

BERNARDINO — Não podemos trabalhar com especulação, mas sim com as hipóteses científicas. Não existe relato no mundo todo de contaminação na área urbana. Isso não quer dizer que vamos negligenciar a principal forma de combate, que é a informação e o mapeamento dos locais de risco. Mesmo porque uma pessoa da zona urbana pode se sentir urbana, visitar o meio rural e negligenciar os cuidados. Nos primeiros 60 dias de surto, as pessoas tiveram a sensação que era uma doença de São Sebastião. E não é.

CORREIO — Mas só depois a secretaria ampliou a área de risco da doença para outras cidades.

BERNARDINO — Não sabíamos que ia acontecer em outras cidades. A possibilidade sempre existiu pois estamos há dois anos, desde o primeiro surto em Goiás, em alerta. Sempre soubermos que a região do Centro-Oeste, Minas Gerais e interior de São Paulo, onde tem área rural ao redor da cidade, corriam o risco de surto. Em medicina se trabalha

com a realidade. Fomos obrigados a dar um tratamento emergencial a São Sebastião. Mas, na medida que o surto foi se instalando em outras áreas, nós ampliamos para outros locais. Hoje

trabalhamos com todo o DF.

CORREIO — Como a secretaria vai lidar com as dificuldades de recursos?

BERNARDINO — Minha preocupação em relação ao financeiro é menor do que o atendimento aos pacientes porque o governador priorizou o atendimento à saúde. Mas sabemos

que esse recurso é finito e temos que equacionar.

CORREIO — Então muita coisa pode deixar de ser feita?

BERNARDINO — Correr risco de não ter dinheiro para comprar remédios essenciais, não. Pode faltar dinheiro para reforma de um setor, para construção de um outro setor, para trocar um aparelho, uma ambulância.

CORREIO — Como está o relacionamento da secretaria com o Ministério da Saúde?

BERNARDINO — O ministério, desde 22 de maio, está presente por meio da equipe do EPI-SUS com apoio epidemiológico junto com o DF. Assim como em outros estados. O Instituto Adolfo Lutz, que faz os exames, é do ministério. A operacionalização é nossa. Me reuni com o ministro no último dia 14, quando foram tratados 17 pontos. Desde a audiência que a nossa expectativa é que haja a liberação do dinheiro para alguns programas, que o governo do DF seja credenciado nos programas como Saúde da Família, Saúde Prisional, Bucal, etc. Mas prefiro esperar. Estamos em negociação.